

## HISTÓRIA ORAL: ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Eduardo Lopes Teles  
Graduando em História da Universidade Federal de Sergipe  
(PIBIC/CNPq/UFS)  
[elteles18@yahoo.com.br](mailto:elteles18@yahoo.com.br)

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 135 p.

Ao entender História Oral como uma metodologia de produção de fontes históricas (os depoimentos), imediatamente somos levados a pensar no lado prático deste método. A importância de se observar o lado teórico deste campo de conhecimento, e de se ter em vista algumas categorias da História no desenvolver dos trabalhos com História Oral, é exposta com propriedade pela mineira Lucilia de Almeida Neves Delgado, que foi presidente da Associação Brasileira de História Oral.

Em seu livro, Lucília relaciona História Oral à memória, ao tempo e à identidade, embora deixe a desejar quando trata das narrativas não expondo o modo como elas se arrumam (narrativas de vida pública, épicas, trágicas, cômicas e narrativas que misturam as várias soluções anteriores), o que o *Manual de História Oral* de José Carlos Sebe Bom Meihy faz, só para citar um dentre os vários manuais que se pode encontrar. A autora também não tem as preocupações arquivísticas e não traz exemplos de roteiros a serem utilizados nas entrevistas. Duas questões importantes que podemos perceber em outro livro, *História Oral: possibilidades e procedimentos* de Sônia Maria de Freitas.

São múltiplos os conceitos de memória. Sendo assim adentramos num terreno que, apesar de oferecer muitas possibilidades, é difícil. A memória como evocação do passado nos termos do presente é a matéria-prima da História Oral e, na tentativa de conceituá-la, o livro nos chama atenção para uma distinção e não uma oposição entre História e memória. Na visão da autora, embora ambas estejam preocupadas com a preservação do que se passou, a memória se liga mais a imaginação, ao vivido, enquanto que a História procura refletir sobre essas vivências. Mas, esta distinção é muito tênue, pois a memória também traz consigo reflexões e do mesmo modo a História está ligada ao vivido. O que estabelece as fronteiras, na verdade, são os procedimentos e regras padronizados pelos historiadores no fazer da História, que a memória em seu processar não possui. A memória contém vestígios do passado sobre os

quais a História procura construir um conhecimento. Registro do passado, afirmação das identidades e o reconhecimento da importância de cada indivíduo em relação à sociedade na qual está inserido, tais são as três principais discussões que a memória possibilita, mas que cabe a História Oral concretizar.

Outra questão importante para a História Oral é o tempo, pois a memória em seu processar comporta uma multiplicidade de tempos. No ato de lembrar, a memória busca um tempo que já passou com os interesses do tempo presente, ou seja, o tempo passado é trazido na carruagem do tempo presente. Mas o homem não lembra apenas o que passou em sua vida, ele lembra também das memórias de outros homens. Tal é a complexidade que envolve a memória e, por consequência, o trabalho com a História Oral, quando se propõe a reconstruir os fragmentos do passado. Lucilia Neves nos diz que “o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre de lembranças de família, de músicas e filmes do passado, de tradições, de histórias escutadas e registradas” (p.17). Esta metodologia para registrar o passado também envolve outros problemas. Nesta tarefa os historiadores induzem a memória com as perguntas e interesses do seu tempo e as respostas ou os fragmentos do passado se condicionam ao tempo presente. O tempo atua modificando o significado das vivências e é um produto da cultura. Portanto, cada cultura o entende de maneira diferente. Esta natureza convencional dá ao tempo, entendido como datas, meses ou anos, o poder de conferir singularidade e pluralidade aos acontecimentos ou, nas palavras da autora, “se o tempo confere singularidade a cada experiência concreta da vida humana, também a define como vivência da pluralidade, já que, em cada movimento da história, entrecruzam-se tempos múltiplos, que, acoplados à experiência singular/espacial, lhe conferem originalidade e substância” (p.35).

A História Oral também permite que as identidades sejam afirmadas. Ao tentar reconstruir as imagens do mundo passado, no ato de lembrar, se ativa a construção de signos, se busca os marcos temporais e espaciais que servem de referências para as lembranças, o sujeito se situa no tempo e passa a refletir sobre sua inserção social e sua atuação na história. Lucilia esclarece então que a “inserção social humana não é unívoca, mas sim, diversificada. O trabalho da memória é especialmente frutífero para o reconhecimento desses laços identificadores, já que contribui para a internalização de significados e experiências” (p.47). A História Oral também permite que os sujeitos históricos sejam tratados como sujeitos ativos, na medida em que suas lembranças

forneem informações sobre si mesmos e sobre seu mundo. Nesse sentido, há um “reconhecimento da importância de cada indivíduo/depoente em si mesmo e em sua relação com a sociedade na qual está ou esteve integrado. Cada pessoa é componente específico de um mosaico maior que é a coletividade” (p.52).

No que se refere à sua dimensão prática, a autora deixa claro que falamos de um método de produção de fontes históricas através de entrevistas (as fontes orais), que se pauta pela singularidade, não cabendo, então, a busca de generalizações, e sim a relativização de conceitos e teorias. A entrevista, que é a parte central da História Oral, tem algumas etapas e segue alguns procedimentos para sua realização. Os procedimentos são os seguintes: o entrevistador deve respeitar o modo de entender o mundo, bem como o modo de ser e o estado físico e psicológico de cada entrevistado; deve manter-se neutro no sentido de nem discordar nem concordar, mas cultivar a flexibilidade, revendo roteiros de acordo com a dinâmica de cada entrevistado e estimular que o entrevistado fale de suas lembranças; dominar o assunto e cultivar o hábito da escuta. Quanto às etapas da entrevista, o primeiro passo é a realização do projeto de pesquisa, quando se define e se problematiza o objeto, detalhando como o assunto deve ser desenvolvido. Em segundo lugar, devem ser definidos os critérios de escolha dos entrevistados, é a fase da preparação do depoimento. Em seguida, procede-se a preparação de roteiros flexíveis e adequados à linguagem do entrevistado. Em quarto lugar, realiza-se a entrevista, de preferência por dois pesquisadores e estabelecendo uma relação de confiança com o entrevistado, sabendo silenciar e ouvi-lo. Por fim, passamos para a fase de processamento e análise, onde as entrevistas são transcritas conferindo sua fidelidade e os depoentes assinam o termo de cessão da entrevista.

Lucília também traz uma coletânea de cinco textos onde exemplifica como a História Oral pode enriquecer a História, fornecendo diferentes visões sobre o mesmo fato e de como ela trabalhou com as categorias memória, tempo e identidade. No primeiro texto, “A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista”, a autora demonstra que o processo de filiação ao PCB se pautou pelo sentimento de solidariedade, ou seja, a identificação com os valores da justiça social e a busca de um mundo igualitário motivaram os depoentes a entrarem no PCB. No texto “A longa noite das atas secretas: cassação de deputados operários Minas Gerais (1964-1998)”, através de depoimentos, é analisada a perda dos mandatos de três deputados sindicalistas antes do golpe militar, evidenciando o processo de discriminação social e

política que passaram por serem sindicalistas, numa conjuntura de rompimento da ordem constitucional em 1964. No terceiro e quarto textos, “Politização do sagrado: padres franceses e autoritarismo” e “Intolerância política no Brasil: catolicismo, direitos humanos e direitos sociais (1964-1985)”, vemos a utilização da História Oral para ilustrar o estreecimento das relações entre o governo federal autoritário e a Igreja Católica. No último texto, “Jorge Luís Borges e Pedro Nava – literatura e memória: interseções”, não são utilizados depoimentos, mas nos serve de exemplo de como as memórias contidas nas obras literárias destes escritores são utilizadas para a reconstituição do espaço e do tempo passados e, em consequência, podem ser utilizados como fontes históricas.

Gostaria de encerrar argumentando que, apesar das dificuldades que envolvem o trabalho com a memória, a História Oral se mostra um campo especial na medida em que possibilita que diferentes versões sobre um mesmo acontecimento sejam trazidas a luz. Nessa direção, a tão buscada neutralidade nem é mencionada, enquanto que o conflito entre as memórias toma seu lugar. A História Oficial pode ser contestada, ao mesmo tempo em que a História se enriquece e os sujeitos históricos até então silenciados tem seus papéis ativos realçados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 291p.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 143 p.